

Termo de Compromisso com o governo... e contra a Universidade!

Negócio de ocasião! Reitoria entrega a autonomia da Unesp a custo zero!

Questionado na reunião do Conselho Universitário (CO) de 14/2/2019 sobre o teor do Termo de Compromisso que a Reitoria estava assinando com o governo do estado, em troca do adiantamento de R\$ 130 milhões do orçamento de 2019, para quitação do 13º salário de 2018 dos servidores estatutários, o reitor Sandro Valentini foi categórico: “Neste exato momento, aguardamos apenas a finalização do texto e a assinatura do Termo de Compromisso pelos envolvidos nas negociações”, disse. A fala pode ser conferida no vídeo da reunião, a partir do tempo 1h09min17s.

No entanto, no dia 12/3 começou a circular nas redes sociais uma cópia do documento, já assinada pelas secretarias envolvidas (de Desenvolvimento Econômico e da Fazenda e Planejamento) e pelo reitor da Unesp. O documento é datado de 12/2/2019, portanto, dois dias antes da reunião do CO.

O teor do Termo de Compromisso, que contém cinco páginas, é muito grave, pois leva à constatação de que a Reitoria da Unesp abriu mão da autonomia da Universidade – por ironia, em troca de nada, pois o dinheiro recebido é uma simples antecipação de recursos já previstos para 2019. Alguns trechos chamam a atenção e referendam essa constatação:

- Em sua cláusula 2ª, o Termo de Compromisso afirma que “A Secretaria de Desenvolvimento Econômico acompanhará e monitorará os indicadores e os resultados econômicos das reformas administrativa e acadêmica em curso ou a implementar pela Unesp”. Esta é uma flagrante violação da autonomia universitária, e que conta com a assinatura do reitor da Unesp!

- O Termo de Compromisso explicita em vários trechos que os R\$ 130 milhões são apenas e tão somente um adiantamento de recursos. Diz um deles: “As obrigações assumidas não têm o condão de alterar, em nenhuma hipótese, o repasse orçamentário total anual às universidades estaduais paulistas, em valor correspondente a 9,57%” da Quota-Parte do Estado. Fica acordado que, de junho a dezembro de 2019, as quotas de ICMS a serem repassadas para a Unesp terão um desconto de R\$ 18.571.428,57, a título de reposição do adiantamento das duas parcelas de R\$ 65 milhões em fevereiro e maio.

- Para obter a antecipação dos recursos, o reitor apontou algumas medidas para superar a crise de financiamento: “o congelamento das contratações e das progressões nas carreiras dos servidores técnico-administrativos e docentes”, “o não pagamento do dissídio (de 3%) aprovado pelo Cuesp em 2016”, as reformas administrativa e acadêmica “em andamento ou aguardando análise dos órgãos colegiados da universidade”, a definição de de parâmetros de referência para a execução

orçamentária e sustentabilidade de longo prazo”, “os estudos para a diversificação de receitas para financiamento da Universidade, incluindo o incentivo a parcerias com a iniciativa privada e outros órgãos públicos”. Ou seja, o ônus da falta de recursos, de acordo com o Termo de Compromisso, continuará recaindo sobre a comunidade acadêmica e a qualidade dos serviços que a Universidade presta à população.

- A assinatura do Termo de Compromisso consolida a postura do atual reitor e dos que o antecederam, de completa subserviência ao governo do estado, abdicando de reivindicar o financiamento necessário para a manutenção da Unesp, especialmente após a expansão de unidades e cursos a partir dos anos 2000, sem garantia de recursos perenes. O documento também expressa a desconsideração de um grave problema da crise de financiamento das universidades estaduais paulistas, que é a insuficiência financeira, que é a diferença entre o que se arrecada com as contribuições previdenciárias de ativos e inativos e o que se paga em aposentadorias e pensões. De acordo com a lei que criou a SPPrev, a Lei Complementar 1.010/2007, a responsabilidade pelo pagamento da “diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores”, inclusive dos aposentados é do tesouro estadual. O detalhe é que o governo cumpre a lei... menos para as universidades estaduais. E os reitores NADA dizem. Em 2017, a insuficiência financeira média correspondeu, aproximadamente, a 20,3% dos repasses oriundos do ICMS-QPE para as universidades paulistas.

- A assinatura do reitor ao final do Termo de Compromisso é a concordância formal de que não irá reivindicar recursos adicionais para viabilizar o funcionamento da Unesp. E é a concordância formal, também, de que buscará o “equilíbrio” financeiro da Universidade com mais arrocho salarial, não reposição de quadros, entre outros.

O teor do Termo de Compromisso, com toda a sua gravidade, não foi discutido em momento algum com a comunidade, nem mesmo com os órgãos colegiados centrais. É essa a democracia prometida pelo então candidato Sandro Valentini?

O Sintunesp propõe as conselheiros nos colegiados centrais que cobrem do reitor a discussão e a revisão do documento. A autonomia da Universidade está em jogo!

**O Termo de Compromisso
acompanha este boletim**